

RACISMO

o que saber e como combater



É com imenso orgulho e profunda emoção que apresentamos esta cartilha, **Racismo: o que saber e como combater**, fruto direto do *I Espaço de Diálogo: Sociedade, Relações Étnico-Raciais e Políticas Públicas*, realizado em abril de 2025, na Universidade Federal de Viçosa. Esse evento foi um marco histórico não apenas para a UFV, mas para toda a cidade e região.

Pela primeira vez, reunimos a academia, os povos de terreiro, as comunidades quilombolas e indígenas em um mesmo espaço de escuta, reflexão e proposição, com o objetivo de enfrentar o racismo em todas as suas manifestações - estrutural, institucional e ambiental. Daquele encontro nasceram vozes, denúncias, esperanças e caminhos. E dessa união nasceu também esta cartilha, construída com base no diálogo, na resistência e no compromisso de transformar o conhecimento em ação concreta.

Este material chega agora às escolas parceiras, Semana e Marcha da Consciência Negra para a sociedade em geral, como um instrumento de luta e de educação, destinado às escolas, universidades e comunidades. Ele cumpre, de forma viva e comprometida, o que determina a legislação sobre o ensino da história e da cultura afro-brasileira, mas vai além: busca tocar consciências, fortalecer identidades e construir pontes entre saberes.

Esta cartilha é, portanto, um convite. Um convite ao diálogo entre universidade e sociedade, à valorização das culturas afro-brasileiras e das religiões de matriz africana e à construção coletiva de políticas públicas mais justas, humanas e inclusivas.

Que ela chegue às escolas, às comunidades e aos espaços de decisão como um instrumento de transformação. Que cada página seja lida com o coração aberto e o compromisso firme de não permitir que o racismo continue a definir vidas, destinos e oportunidades. Porque a luta não é individual – é coletiva. E porque, enquanto houver racismo, a nossa resistência será necessária.

Falar desse trabalho é também falar da minha trajetória como docente negra em uma instituição pública, espaço em que ainda somos poucas – e onde o racismo institucional insiste em se manifestar, muitas vezes de forma silenciosa, mas profundamente violenta. A minha presença aqui, a continuidade desse projeto e a realização deste evento e desta cartilha são atos de resistência e afirmação. Porque ser uma mulher negra na universidade é lutar todos os dias – para existir, para ser ouvida, para ensinar, para abrir caminhos onde antes havia portas fechadas.

Mais do que um produto acadêmico, esta cartilha é um ato de resistência. É o resultado de um projeto de extensão que, desde 2018, vem sendo desenvolvido com amor, coragem e constância – “Cultura Afro-brasileira: reafirmando identidades e combatendo o racismo” – sem recursos, de forma voluntária pela equipe multidisciplinar de trabalho coordenado por mim, professora doutora Júnia Marise Matos de Sousa, do Departamento de Serviço Social da UFV.

Muito obrigada.

Axé!

Professora doutora Júnia Marise Matos de Sousa. Abertura do evento *I Espaço de Diálogo: Sociedade, Relações Étnico-Raciais e Políticas Públicas*, realizado em abril de 2025.

Fonte: UFV.



RACISMO ESTRUTURAL

O racismo estrutural é uma forma de compreender como o racismo está presente em todas as esferas da sociedade - nas leis, nas instituições, nas relações de trabalho, na educação e até na forma como pensamos e convivemos. Segundo Silvio Almeida (2019), autor do livro *Racismo Estrutural*, o racismo não é apenas o ato de uma pessoa contra outra, mas sim um mecanismo que organiza o funcionamento da sociedade, de modo que certos grupos raciais são privilegiados enquanto outros são constantemente colocados em posição de desvantagem.

De acordo com Almeida (2019), todo racismo é estrutural, porque ele atua nas estruturas econômicas, políticas e culturais e não apenas nas atitudes individuais. Isso significa que, mesmo sem uma intenção explícita de discriminar, o racismo continua operando, pois está embutido no modo como as instituições funcionam. Um exemplo é quando pessoas negras têm menos acesso a oportunidades de emprego, recebem menores salários ou são sub-representadas em cargos de liderança. Essas desigualdades não acontecem por acaso, mas refletem um sistema que, historicamente, beneficia uns e prejudica outros.



Fonte: Canva.



Fonte: Canva.

O racismo estrutural se manifesta de diferentes maneiras. Na economia, quando há desigualdade de renda e de acesso a bens básicos; na política, quando a presença de pessoas negras em espaços de poder é pequena; e na subjetividade, quando a sociedade faz com que indivíduos negros duvidem do seu próprio valor (Almeida, 2019). Dessa forma, o racismo vai além do comportamento individual e se torna parte da estrutura social, reproduzindo desigualdades de geração em geração.

Esse tipo de racismo também está ligado ao racismo institucional, que ocorre quando as próprias instituições – públicas ou privadas – mantêm práticas e políticas as quais, de forma direta ou indireta, discriminam determinados grupos raciais. O Instituto da Mulher Negra (2011) explica que o racismo institucional é “um mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados”, fazendo com que o preconceito seja reproduzido até mesmo por quem não tem consciência disso.



Djamila Ribeiro (2019), em *Pequeno Manual Antirracista*, destaca que o racismo é um sistema de opressão que nega direitos, e não apenas a soma de atitudes individuais. Para a autora, muitas vezes o racismo se torna invisível porque é naturalizado: ele parece normal, faz parte do cotidiano e, por isso, passa despercebido. Já Abdias do Nascimento (2016), no livro *O Genocídio do Negro Brasileiro*, denuncia que essa falsa ideia de que o Brasil é um país sem racismo – o chamado “mito da democracia racial” – serve justamente para esconder as formas reais de exclusão e opressão que atingem o povo negro.



Compreender o racismo estrutural é essencial para reconhecer que a desigualdade racial não é resultado do acaso nem de diferenças individuais, mas de um sistema histórico e social que mantém privilégios e desvantagens. Combater o racismo, portanto, vai muito além de “não ser racista”: é preciso agir de forma antirracista, questionando normas, práticas e instituições que sustentam essas desigualdades. Somente assim será possível construir uma sociedade realmente justa, plural e igualitária.

RACISMO INSTITUCIONAL

O racismo nem sempre se manifesta por ofensas diretas ou gestos explícitos. Muitas vezes, ele se oculta nas regras, práticas e rotinas de instituições públicas e privadas. O racismo institucional se caracteriza pela falha coletiva em oferecer atendimento adequado e justo a determinados grupos em razão de sua cor, origem étnica ou identidade cultural (Carmichael; Hamilton, 1967, p. 4) e se manifesta em atitudes que reproduzem estereótipos e desigualdades, resultando em tratamentos desiguais e hierárquicas que desfavorecem pessoas negras.

O racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas e atuando, também, nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. (ONU Mulheres; Geledés, 2013, p. 13)



Fonte: Canva.

Como ele acontece?

O racismo institucional tem raízes em uma estrutura social marcada pela escravidão e pela exclusão da população negra dos espaços de poder e decisão. Ele se manifesta, por exemplo, quando:

- no mercado de trabalho, pessoas negras são preteridas em entrevistas e processos seletivos;
- no acesso à saúde, pacientes negros recebem menos atenção e atendimento inadequado;
- na atuação policial, abordagens violentas e seletivas atingem desproporcionalmente pessoas negras, sobretudo jovens, refletindo a letalidade seletiva;
- nos cargos de liderança e na docência, a presença negra é reduzida e seus saberes e produções intelectuais são desvalorizados;
- nas políticas públicas e ações afirmativas, há resistência institucional e de gestores em implementar medidas previstas em lei, dificultando a transformação de discursos em práticas concretas de igualdade racial.

Essas desigualdades podem parecer “naturais”, mas são fruto de séculos de hierarquização racial. Como aponta Lélia Gonzalez (2020), o racismo institucional atua de forma a tornar natural tanto a posição de vítima quanto a de opressor dentro das estruturas sociais e institucionais.



O que podemos fazer diante dele?

O primeiro passo é reconhecer que o racismo institucional existe. O segundo é agir – individual e coletivamente – para transformá-lo. Entre as ações possíveis, destacam-se:

- denunciar práticas discriminatórias em instituições e espaços de convivência;
- apoiar políticas de igualdade racial, como ações afirmativas e programas de inclusão;
- valorizar referências negras em todos os campos do conhecimento e da cultura;
- promover formações antirracistas nos espaços de estudo, trabalho e instituições públicas.



Fonte: Canva.

A reflexão sobre o racismo institucional é essencial para que possamos transformar estruturas e práticas, garantindo uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva.




RACISMO CULTURAL

O racismo cultural é uma das formas mais sutis e silenciosas de discriminação. Ele não se manifesta apenas em ofensas diretas, mas na forma como certas culturas são desvalorizadas, invisibilizadas ou tratadas como inferiores. Acontece quando saberes, costumes, crenças e expressões culturais de povos negros e indígenas são negados ou apropriados, enquanto referências europeias são vistas como o padrão universal de civilização e beleza.

No Brasil, o racismo cultural está profundamente ligado ao mito da “democracia racial”, o qual faz parecer que vivemos em harmonia entre as raças. Essa ideia, como explica o antropólogo Kabengele Munanga (2009), mascara as desigualdades e apaga as marcas do passado escravista, sustentando a falsa noção de que todos têm as mesmas oportunidades. Ao exaltar a mistura de raças como símbolo de união, o país silencia as identidades negras e indígenas e coloca a cultura branca no centro da formação nacional.

Segundo Frantz Fanon (2008), o colonialismo impôs valores e comportamentos eurocêntricos, levando os povos colonizados a enxergarem sua própria cultura como algo menor. Essa imposição faz com que pessoas negras, desde cedo, sintam que precisam negar traços de sua identidade para serem aceitas – seja na forma de falar, de se vestir ou de se comportar. Assim, o racismo cultural atua de maneira simbólica, mas produz efeitos profundos na autoestima, na representação e no sentimento de pertencimento.

A close-up photograph focusing on a person's hands and forearms. The person is wearing multiple beaded bracelets in bright colors like yellow, orange, and blue. They are also wearing a garment with a bold, colorful geometric pattern in shades of blue, red, yellow, and green. The background is blurred, showing other people in similar attire, suggesting a cultural event or festival.

O racismo cultural também se revela em situações cotidianas, por exemplo, quando penteados e roupas de origem africana são considerados "moda" apenas se usados por pessoas brancas.

A intelectual Lélia Gonzalez (2020) amplia essa discussão ao afirmar que o Brasil transformou elementos da cultura africana em “folclore”, ignorando que eles são parte fundamental da nossa história. Em sua teoria da *amefricanidade*, ela defende que as culturas africanas e indígenas são o coração da identidade brasileira, e que valorizá-las é um ato de resistência contra o apagamento histórico. No entanto, vemos, ainda hoje, práticas e símbolos dessas culturas sendo apropriados e consumidos de forma descontextualizada, sem reconhecimento dos povos que os criaram.

O racismo cultural também se revela em outras situações cotidianas: quando o samba, o funk ou a capoeira são criminalizados e depois apropriados como símbolos nacionais; ou quando religiões de matriz africana são demonizadas, mesmo influenciando fortemente a espiritualidade e a arte brasileira. Esses exemplos mostram que o racismo cultural não ficou no passado – ele se atualiza constantemente, moldando o que a sociedade considera belo, civilizado ou digno de respeito.

Compreender o racismo cultural é entender que ele tenta silenciar identidades e impor uma cultura única, baseada na superioridade branca. Enfrentá-lo exige reconhecer a diversidade como riqueza, valorizar saberes e tradições afro-brasileiras e indígenas e garantir que suas vozes ocupem o espaço que sempre lhes foi negado. Combater o racismo cultural é, portanto, afirmar a importância da pluralidade, da ancestralidade e da dignidade de todos os povos que formam o Brasil.



RACISMO RELIGIOSO

Para definirmos o racismo religioso, precisamos primeiramente diferenciá-lo da noção de intolerância religiosa. A intolerância religiosa diz respeito a uma atitude mental negativa e preconcebida acerca de outras religiões e, em virtude disso, engloba a dificuldade de respeitar crenças e ritos religiosos que são alheios a nós (Nogueira, 2020). Já o racismo religioso se diferencia da noção de intolerância ao passo que integra uma estrutura social mais complexa, de dimensão racial.

A “intolerância religiosa”, e sua utilização como categoria de análise em lugar do “racismo religioso” demarca uma posição clara no campo de batalha epistêmica, que compõe a luta antirracista, uma vez que é um termo ligado à noção de que o Brasil seria uma democracia racial, em que brancos, negros e indígenas convivem pacificamente, além da suposta existência de um Estado laico. Esse termo busca encobrir a violência sistêmica e enraizada culturalmente, logo, coletiva, contra as religiões de matriz africana, que incide não somente sobre seus fiéis negros, mas também atua contra a própria origem dessas religiões e seus fundamentos. Os processos de demonização das religiões de matriz africana são utilizados como ferramenta para a desumanização dos seus praticantes, em maioria negros.

Para além da agência mais óbvia do racismo religioso, aquela contra as religiões de matriz africana, tem-se também outras formas de violência, desde as tentativas de apagamento de qualquer herança negra nas tradições judaico-cristãs e a forte influência dessas religiões em outros âmbitos da vida social, como a política, e a utilização dessas plataformas para a propagação do racismo.



RACISMO RECREATIVO

Você já ouviu uma “piada” que, no fundo, humilha alguém pela cor da pele, traços físicos ou origem? Pois é, isso tem nome: racismo recreativo. É quando o preconceito se disfarça de brincadeira, como se fosse apenas “zoação” ou “humor”, mas, na verdade, essas “piadas” reforçam estereótipos negativos e machucam pessoas e comunidades inteiras.

Se assim é, por que chamamos isso de racismo recreativo? Porque, muitas vezes, essas ofensas são justificadas como “piadas” ou “brincadeiras”, como se o contexto de descontração anulasse o caráter discriminatório do ato. Quem pratica costuma dizer que não teve intenção de machucar, que estava apenas se divertindo ou que a vítima não deveria levar a sério. No entanto, como explica Adilson Moreira, em seu livro *Racismo Recreativo*, esse tipo de comportamento não é inocente. Ele faz parte de um projeto cultural que reforça estereótipos e mantém grupos racializados – como negros, indígenas e asiáticos – em posição de inferioridade.



Fonte: Canva.

Um dos maiores problemas do racismo recreativo é que ele é frequentemente tolerado. Muitas pessoas riem, acham “normal” ou consideram que criticá-lo é a liberdade de expressão. Essa atitude, porém, ignora que a dignidade humana e o direito à igualdade devem vir sempre em primeiro lugar.

O humor pode e deve existir, mas sem humilhar, ofender ou reforçar opressões, porque associar pessoas negras a animais, zombar de alguma característica física ou retratá-las sempre de uma maneira criminoso ou hipersexualizada não é piada e sim a perpetuação de imagens negativas que têm consequências reais: afetam a autoestima de quem é alvo, limitam oportunidades no trabalho e na vida social e naturalizam a violência racial. Além disso, o humor racista serve para consolidar a hierarquia social que privilegia pessoas brancas, criando um falso consenso de que certos grupos são menos capazes ou merecedores de respeito.

Para combater o racismo recreativo, é necessário primeiro reconhecer sua existência e refletir sobre comportamentos que reforçam o preconceito por meio do humor. A educação tem papel essencial para mostrar que esse tipo de “piada” causa danos reais e não é inofensiva. Além disso, é importante apoiar medidas legais, como a equiparação da injúria racial ao crime de racismo no Brasil.

O racismo recreativo disfarça o preconceito sob a forma de humor, mas continua sendo uma manifestação de ódio e desigualdade. Combatê-lo exige conscientização, empatia e ação para desconstruir as estruturas de poder que o sustentam.



RACISMO ALGORÍTMICO

Evidencia-se que esta cartilha nasce da urgência em discutir a falta de transparência dos algoritmos e suas consequências para as relações sociais. Inegavelmente, estamos localizados em um cenário no qual a Inteligência Artificial (IA) e as tecnologias digitais guiam decisões e comportamentos, mas é preciso reconhecer que esses sistemas, ao realizarem essas atividades, não o fazem de forma imparcial.

Sendo assim, eles carregam consigo lógicas enviesadas, construídas a partir de uma memória histórica desigual, enraizada em valores ocidentais brancos. Como afirma Safiya Noble (2018), a IA não apenas reproduz a violência racial, ela cria novas formas de racismo, o que constitui uma nova atualização desse fenômeno.

O objetivo principal deste material é propor uma reflexão crítica e apresentar caminhos possíveis de resistência, especialmente a partir da arte e dos saberes ancestrais. Os algoritmos, ou seja, sistemas que organizam e interpretam grandes volumes de dados, são parte do funcionamento das redes sociais, dos mecanismos de busca e das plataformas digitais.

Mas o que acontece quando os dados que alimentam esses sistemas refletem uma história marcada pelo colonialismo? As grandes bases de dados foram construídas a partir da memória oficial do Ocidente, uma narrativa que historicamente apagou os povos racializados. Assim, quando essas informações são processadas por máquinas, o resultado é previsível: reprodução de desigualdades.



A arte, nesse processo, surge como um instrumento de reencantamento e de reconstrução da memória coletiva. Dessa maneira, ela tem o poder de tensionar as narrativas hegemônicas, de visibilizar corpos, saberes e cosmologias que foram silenciados. Ao ponto que a arte se alia à inteligência artificial, cria-se a possibilidade de reprogramar o olhar das máquinas, inserindo nelas vozes que historicamente foram excluídas de suas bases de dados.

Por meio da arte, a IA pode deixar de ser apenas uma ferramenta de reprodução e passar a ser um campo de disputa simbólica. A criação artística com IA pode servir como ato pedagógico, permitindo que estudantes, pesquisadores e comunidades compreendam como os algoritmos operam, ao mesmo tempo em que questionam os critérios de representação e poder. Produzir imagens, sons ou narrativas digitais a partir de referências afro-indígenas é também produzir conhecimento, e esse gesto pedagógico rompe com a lógica da passividade diante da tecnologia.



Fonte: Canva.

A arte, portanto, atua como ponte entre o ancestral e o digital. Quando artistas e educadores utilizam a IA para reinterpretar mitos, cantos, grafismos e histórias tradicionais, abrem-se caminhos para que essas memórias sejam reatualizadas no presente e transmitidas às novas gerações. Trata-se de um movimento de descolonização dos imaginários, em que a criação se torna uma forma de ensinar e resistir.

RACISMO AMBIENTAL

A formação sócio-histórica do Brasil está profundamente marcada pela colonização, pela escravidão e pela consequente hierarquização racial que estruturou o país. Desde o período colonial, a exploração da terra e a apropriação dos recursos naturais foram articuladas à exploração de corpos negros e indígenas, conformando um modelo de desenvolvimento excludente e concentrador. Como aponta Kabengele Munanga (2009), o racismo no Brasil é um elemento estruturante das relações sociais, econômicas e territoriais, perpetuando desigualdades que se refletem até hoje na distribuição do espaço e no acesso a direitos básicos. Essa herança histórica explica, em grande medida, por que as populações racializadas e empobrecidas ocupam os territórios mais vulneráveis e sofrem com maior intensidade os efeitos das crises ambientais.

Nesse contexto, a crise climática e ambiental se tornou central nos debates midiáticos. A forma como o homem se apropria da natureza revela uma relação de exploração desenfreada de seus recursos, e toda degradação gerada não recai de forma igualitária sobre as populações. Qual é a cor dos corpos levados pelas enchentes, soterrados pelos deslizamentos? Isso tem nome: racismo ambiental, uma forma de desigualdade socioambiental que afeta principalmente as comunidades marginalizadas, como pessoas negras, indígenas e pobres. Além disso, é uma forma de discriminação que ocorre quando as políticas e os projetos de desenvolvimento são implementados de modo a prejudicar deliberadamente as populações mais vulneráveis (Sanches; Belmont, 2023).



O racismo ambiental se manifesta de várias formas, como na localização de lixões e aterros sanitários próximos a comunidades de baixa renda, majoritariamente compostas por pessoas negras e indígenas, na poluição do ar em bairros mais pobres ou na falta de acesso à água potável e saneamento básico em comunidades rurais e periféricas. Além disso, gera violação de direitos constitucionais e humanos, como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Brasil, 1988).

O racismo ambiental se manifesta de várias formas, como na localização de lixões e aterros sanitários próximos a comunidades de baixa renda, majoritariamente compostas por pessoas negras e indígenas, na poluição do ar em bairros mais pobres ou na falta de acesso à água potável e saneamento básico em comunidades rurais e periféricas.

Além disso, gera violação de direitos constitucionais e humanos, como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Brasil, 1988).



Fonte: Canva.

Para combatê-lo, o primeiro passo seria o entendimento, por parte da sociedade civil, de que não é possível falar em crise climática/ambiental sem inserir o debate racial, somado à importância de ouvir quem sofre na pele com a precariedade de seus territórios.

Em segundo lugar, a elaboração de políticas públicas que considerem as desigualdades socioeconômicas do país, o investimento em infraestrutura de saneamento básico e água potável em comunidades marginalizadas, além de regulação mais rigorosa de empresas que causam danos ambientais, incluindo multas e outras penalidades.

Não basta ser
ambientalista....Racismo
Justiça ambiental: (MIGUEL
PINTO).

RACISMO ALIMENTAR

Racismo alimentar é um conceito que descreve como a população negra é afetada de forma desproporcional por barreiras no acesso a alimentos saudáveis e de qualidade (Castro, 2022). No Brasil, essas barreiras têm origem em processos históricos e sociais de exclusão, que começaram na colonização e na escravidão, quando comunidades negras foram arrancadas de suas terras e tradições alimentares.

Hoje, muitas vivem em “desertos alimentares”, com pouca oferta de frutas, verduras e legumes e grande presença de produtos industrializados baratos, com baixo valor nutricional e alto teor de conservantes. Isso compromete diretamente a saúde dessas populações e aprofunda desigualdades estruturais.



Carolina Maria de Jesus foi uma escritora brasileira que registrou, em seus diários, a fome que ela e seus filhos enfrentavam na favela, denunciando as desigualdades sociais e raciais do país.



Antes do tráfico transatlântico, as sociedades africanas tinham sistemas agrícolas sustentáveis, com dietas ricas em vegetais e grãos e uso de ervas e especiarias, associando alimentação à saúde física e espiritual (Lewicki, 1974). Com o tráfico de pessoas durante o período colonial, essas práticas foram desvalorizadas e interrompidas, e os africanos em regime de escravidão passaram a receber rações mínimas e de baixa qualidade, como farinha e restos de carne (Costa; Marcondes, 2001).

Essa marginalização alimentar histórica está na base das desigualdades atuais. Ao longo das gerações, os descendentes desses africanos herdaram esse sistema alimentar empobrecido e insuficiente, consequência direta de um processo de exclusão que não terminou com o fim da escravidão. O racismo estrutural manteve essas populações à margem da sociedade, concentradas em favelas e periferias, com acesso limitado à educação, saúde e alimentação adequada.

Esse contexto produziu um padrão alimentar restrito e pobre em nutrientes, perpetuando desigualdades históricas e resultando na situação atual, em que a população negra e periférica é desproporcionalmente afetada pela insegurança alimentar e pelas dificuldades de acesso a alimentos saudáveis (Xavier, 2024).

O racismo alimentar está diretamente ligado à pobreza, pois a população negra, em sua maioria, tem menor poder aquisitivo, o que limita o acesso a uma alimentação saudável. Também há falhas nas políticas públicas de segurança alimentar, que deveriam garantir o direito humano à alimentação adequada, previsto na Constituição Federal de 1988.

Embora o Brasil tenha condições favoráveis para a produção de alimentos, milhões de pessoas ainda vivem em insegurança alimentar. Porém, quando essa insegurança alimentar afeta desproporcionalmente e com maior intensidade os grupos racializados, fica evidente a ação do racismo alimentar.

Racismo alimentar, portanto, não se resume à fome, mas inclui a oferta desigual de alimentos e da qualidade destes, revelando como estruturas históricas continuam limitando a autonomia alimentar de pessoas pretas e pardas.



É SEMPRE BOM LEMBRAR QUE:

- reconhecer e combater o racismo é um compromisso ético, político e humano que deve orientar todas as nossas práticas – pessoais, institucionais e coletivas. O racismo – em suas formas estrutural, institucional e ambiental – continua a negar direitos, apagar histórias e silenciar vozes. Enfrentá-lo exige consciência, educação e ação, baseadas no respeito, na valorização da diversidade e na promoção da equidade racial em todos os espaços sociais;
- o Projeto de Extensão ***Cultura Afro-Brasileira: Reafirmando Identidades e Combatendo o Racismo***, desenvolvido desde 2018 na Universidade Federal de Viçosa, reafirma esse compromisso ao oferecer, de forma gratuita e contínua, à sociedade, ações educativas, culturais e formativas voltadas à promoção da igualdade racial e à valorização das heranças africanas que constituem o Brasil;
- por meio de eventos, publicações, oficinas e formações, o projeto se consolida como um instrumento de transformação social, que aproxima a universidade da comunidade e contribui para a construção de um país mais justo, plural e antirracista;
- esta cartilha sirva como ferramenta de reflexão e de mudança, inspirando práticas pedagógicas, políticas e institucionais comprometidas com o reconhecimento, o respeito e a valorização das identidades negras. O combate ao racismo é uma tarefa permanente e o Cultura Afro-Brasileira segue de portas abertas para somar forças nessa caminhada.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ALMEIDA, Sílvia Luiz de. Racismo Estrutural. 1ª ed, São Paulo: Sueli Carneiro/Editora Jandaíra, 2019, 264p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

CARMICHAEL, S.; HAMILTON, C. Black power: The politics of liberation in America. Random House, 1967.

CASTRO, Franciléia Paula de. Imposição da fome é racismo alimentar. Radis, Escola Nacional de Saúde Pública–ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2 ago. 2022.

COSTA, Iraci del Nero da; MARCONDES, Renato Leite. A alimentação no cativeiro: uma coletânea sobre os regimes alimentares dos negros afro-brasileiros. IHGB, Rio de Janeiro, n.162 (411), p.199–246, abr./jun., 2001.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

GELEDÉS. Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-o-geledes-instituto-da-mulher-negra/>

GONZALEZ, Lélia. 2020. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

LEWICKI, T. West African food in the Middle Ages: according to Arabic sources. Cambridge University Press, New York. 1974.

MUNANGA, Kabengele. Negritude Usos e sentidos. São Paulo: Autêntica Editora, 2009.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro : processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NOBLE, Safiya Umoja. Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism. Nova. York: New York University Press, 2018. p. 25.

NOGUEIRA, Sidnei. Intolerância religiosa. São Paulo: Pólen, 2020, 160pp. (Coleção Feminismos Plurais).

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

SANCHES, Ana; BELMONT, Mariana. Racismo Ambiental como uma violência colonial: Um enfrentamento urgente e coletivo!. Diálogos Socioambientais, [S. l.], v. 6, n. 17, p. 06–08, 2023.

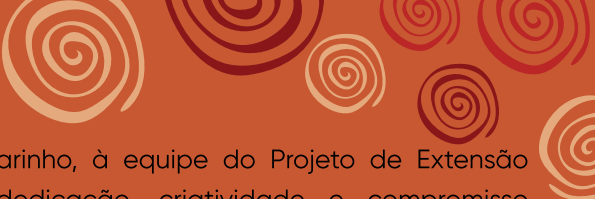
XAVIER, Jesuan. Racismo Alimentar: a cor da fome. 2024.

AGRADECIMENTOS E PARCERIAS

O Projeto de Extensão Cultura Afro-Brasileira da Universidade Federal de Viçosa manifesta sua mais profunda gratidão a todas as pessoas, instituições e forças que tornaram possível a realização do I Espaço de Diálogo: Sociedade, Relações Étnico-Raciais e Políticas Públicas, um marco histórico para a universidade, para o município de Viçosa e para toda a região.

Em primeiro lugar, agradecemos ao Ministério da Igualdade Racial (MIR), atualmente sob a liderança da Ministra Anielle Franco, por seu compromisso firme com a promoção da equidade racial no Brasil. Foi por meio do edital fomentado pelo MIR, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que este evento pôde ser financiado e se tornar realidade. Agradecemos ao CNPq pelo apoio institucional e pelo reconhecimento da importância de projetos que unem ciência, cultura e justiça social, fortalecendo a produção de conhecimento comprometida com a transformação e a reparação histórica. Agradecemos também à Universidade Federal de Viçosa (UFV), especialmente à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC), ao Centro de Ciências Humanas (CCH), a Associação de Pós-graduandos (APG) e ao Departamento de Serviço Social (DSE), pelo apoio, incentivo e cessão dos espaços que acolheram o evento, em especial o Espaço Fernando Sabino, que se transformou, durante aqueles dias, em um verdadeiro território de diálogo, resistência e ancestralidade.

Nosso reconhecimento se estende ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Viçosa (COMPIR) e às entidades que o compõem, pelo apoio fundamental e pela parceria constante na luta antirracista. A presença e a colaboração do COMPIR reforçam a importância da união entre universidade, poder público e movimentos sociais na construção de políticas de igualdade racial. Agradecemos também a Secretaria Municipal de Cultura pelo apoio cultural e pela divulgação do evento.



Agradecemos, com especial carinho, à equipe do Projeto de Extensão Cultura Afro-Brasileira, cuja dedicação, criatividade e compromisso tornaram possível cada etapa da organização e execução deste evento. Este projeto é sustentado pela força coletiva de estudantes, docentes e colaboradores que, com amor e resistência, mantêm viva a missão de valorizar a cultura afro-brasileira e combater o racismo em todas as suas formas. A cada integrante, o nosso mais sincero reconhecimento e respeito, vocês são a alma deste trabalho.

Nossa gratidão se estende também aos palestrantes que contribuíram de forma excepcional para a construção intelectual deste encontro: Clédisson dos Santos, secretário de gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR); professor Lucas Henrique Pinto; professora Rita Passos; professor Rogério Athayde; escritora Miriam Alves; professor e filósofo Renato Nogueira; professora Maria José (Dona Zezé); professor Estevão Lopes Garcia; e ao artista Marcelo Augusto.

Agradecemos igualmente aos mediadores que conduziram com sensibilidade e profundidade cada mesa e debate: Professor Edgard Leite, Juliana Sankofa, Ana Caroline Santos Silva, Carina Veridiano e Professora Doutora Júnia Marise Matos de Sousa.

Estendemos nosso agradecimento a todas e todos que encantaram e emocionaram o público com as intervenções culturais que abrilhantaram o evento: Bia Dias e a Banda Quintal do Samba, Yan Castro com sua performance artística, os grupos de dança urbana, dança indígena, capoeira, samba de roda – Samba da Mata, e o belíssimo show de encerramento de Tião Farinhada. A presença de cada artista fez pulsar a alma deste encontro, lembrando-nos que a arte também é resistência e educação. Agradecemos especialmente a Rádio Quintal do Samba FM, pelo apoio constante ao projeto e na divulgação do evento. Agradecemos ainda aos funcionários e técnicos da UFV, que nos auxiliaram com dedicação e generosidade em cada detalhe, garantindo o bom andamento das atividades e o acolhimento de todas as pessoas presentes.

Por fim, rendemos nossas homenagens e agradecimentos à espiritualidade maior, fonte de força e proteção de todos os caminhos. Agradecemos a Ogum, que esteve presente conosco em cada momento, abrindo as estradas, sustentando nossos passos e guiando nossas ações. A Ogum, Ogunhê!

Que este evento siga ecoando em cada gesto, em cada escola, em cada comunidade, como um chamado à justiça racial, à valorização das identidades negras e à construção de um futuro mais justo, humano e plural.



Projeto de Extensão *Cultura Afro-Brasileira: Reafirmando Identidades e Combatendo o Racismo*

Universidade Federal de Viçosa – Departamento de Serviço Social (DPS)

Coordenação: Profa. Dra. Júnia Marise Matos de Sousa

E-mail: projetculturaafrobrasileira@ufv.br

Telefone: 31 98852 1631

Facebook e instagram; @projetculturaafrobrasileira



Revisão textual: Grifo Consultoria Acadêmica - Diagramação: Glauks Edições Acadêmicas

Novembro - 2025